



DESENHO TERRITORIAL DOS TRABALHADORES DA FRUTICULTURA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN)

Juscelino Eudâmidas Bezerra
UNESP/Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

O agronegócio da fruticultura na região Nordeste segue em ritmo crescente pari passu a expansão do consumo de frutas in natura nos países europeus. O resultado dessa operação possibilitada pelo avanço do processo de globalização e o desenvolvimento das tecnologias vinculadas à modernização dos transportes e da logística de distribuição é a transformação de vastos territórios tupiniquins antes dominados pela vegetação mutante da caatinga para abrigar milhares de hectares de uva, manga, melão, banana, mamão, melancia e etc. As frutas, uma vez na mesa do cidadão europeu, obliteram todo o conflito social e as condições precárias de inserção laboral necessárias para se produzir um produto aparentemente suculento, porém potencialmente contaminado por agrotóxicos.

Pretendemos a partir da realidade do município de Mossoró (RN), discutir aspectos importantes concernentes à nossa pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida sobre a dinâmica geográfica do trabalho nos principais espaços da produção de frutas na Região Nordeste do Brasil.

A realidade sempre pujante das transformações sócio-espaciais desencadeadas pelo avanço do capital do agronegócio tem nos possibilitado afirmar que naqueles territórios onde se dá o conflito entre temporalidade camponesa e a temporalidade do agronegócio podemos constatar um amplo movimento de mudança social que altera trajetórias de vida, intensifica os processos de (des) identidade social, expulsa comunidades tradicionais, inclui camponeses no circuito da precarização do trabalho, e, por fim, concentra cada vez mais a riqueza extraída no sertão nordestino.

O objetivo de presente texto é analisar a territorialidade dos trabalhadores da fruticultura no município de Mossoró (RN), através da presença de distintas situações sociais marcadas pela atuação de acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentados, pequenos produtores rurais e empresas do agronegócio. Para lograr esse objetivo organizamos nossa metodologia em torno de quatro eixos estruturais, a saber: realização de trabalho de campo no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte; aplicação de

entrevistas abertas com membros de movimentos sociais, pequenos produtores e empresários; e a organização de um banco de dados sobre o mercado de trabalho formal mediante a utilização das informações do Ministério do Trabalho (MTE).

MOSSORÓ: UMA INTRICADA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Em termos populacionais Mossoró é o segundo maior município do Estado do Rio Grande do Norte e sua sede é considerada como uma cidade de porte médio. O referido município exhibe nos últimos anos um intenso panorama de investimentos provindos de vários setores da economia com o destaque para a produção terrestre de petróleo, sendo hoje o maior produtor do país. Também é o maior produtor de sal do Brasil e um dos líderes no ranking da exportação de melão.

A cidade de Mossoró cresce aceleradamente apresentando um salto populacional de 30.446 habitantes entre o último censo do IBGE em 2000 (213.841) e a estimativa de 2009 onde o município aparece com 244.287 habitantes. O crescimento da cidade fica evidente pela expansão dos investimentos em empreendimentos econômicos voltados ao atendimento do setor de serviços, comércio e da construção civil. Como exemplo podemos mencionar a criação do Mossoró West Shopping e de diversos condomínios residenciais fechados com destaque para o Alphaville.

Sabemos que o crescimento da cidade e a intensificação do processo de urbanização da sociedade e do território promove inúmeras transformações que se desprendem da “mera” constatação do alcance da mancha urbana e do crescimento do número de habitantes sendo necessário adensarmos nossas reflexões no sentido de captar as mudanças sociais efetivas que qualificam o fenômeno urbano. E aqui daremos destaque, sobretudo, a um dado que acomete as cidades a exemplo de Mossoró que possui ligações estreitas com a dinâmica que acontece no campo. Nesse ínterim, importantes pesquisas têm se voltado para compreender as relações campo-cidade para além da constatação de um crescimento da cidade em detrimento do campo. Ou seja, não podemos compreender a dimensão campo-cidade na contemporaneidade se não pela relação dialética que se estabelece na produção social do espaço onde estes espaços aparecem cada vez mais amalgamados (SPOSITO, 2006), relacionados intrinsecamente por uma vasta rede de fluxos materiais e i-materiais.

Nesse momento gostaríamos de destacar os apontamentos de Elias (2006, 2007) para quem a cidade de Mossoró pode ser considerada como uma cidade do agronegócio no sentido de que a produção de seu espaço urbano é fortemente influenciada pela dinâmica proveniente do setor do agronegócio onde a magnitude das demandas de ordem econômica e social tem poder de influenciar diretamente na definição do sistema urbano.

Por dentro da proposição apontada e na tentativa de esmiuçar os elementos mais gerais que apreendem o conteúdo da relação cidade-campo/ campo-cidade a partir do olhar sobre a dinâmica geográfica do trabalho é que pretendemos perscrutar em que medida podemos entender o desenho territorial dos trabalhadores da fruticultura no município de Mossoró como manifestação da intrincada relação entre a desterritorialização dos camponeses, sua chegada nas cidades e o retorno dos sujeitos sociais para o campo mediante a participação na luta pela terra. E como a conquista da terra representa “apenas” o início de um longo processo de confrontação social podendo representar ainda formas miméticas de exploração social anteriormente vivenciadas nas periferias das cidades.

DESENHO TERRITORIAL DOS TRABALHADORES NA FRUTICULTURA

Paralelo ao dinamismo da economia do espaço urbano de Mossoró temos uma situação extremamente complexa na zona rural do município. Neste espaço (Figura 1) se encontram processos de disputas territoriais intensas que envolvem trabalhadores em situações sociais distintas. Em um raio de apenas 10 km² podemos encontrar trabalhadores acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Projetos de Assentamentos do INCRA; comunidades rurais que produzem melão mediante a participação em cooperativas de pequenos produtores; presença da Agrícola Famosa, maior empresa de produção de melão do Estado; e a vila de moradores onde vivem ex-funcionários da extinta empresa Mossoró Agroindustrial/ MAISA que já foi uma das maiores empresas produtora de frutas do Brasil.

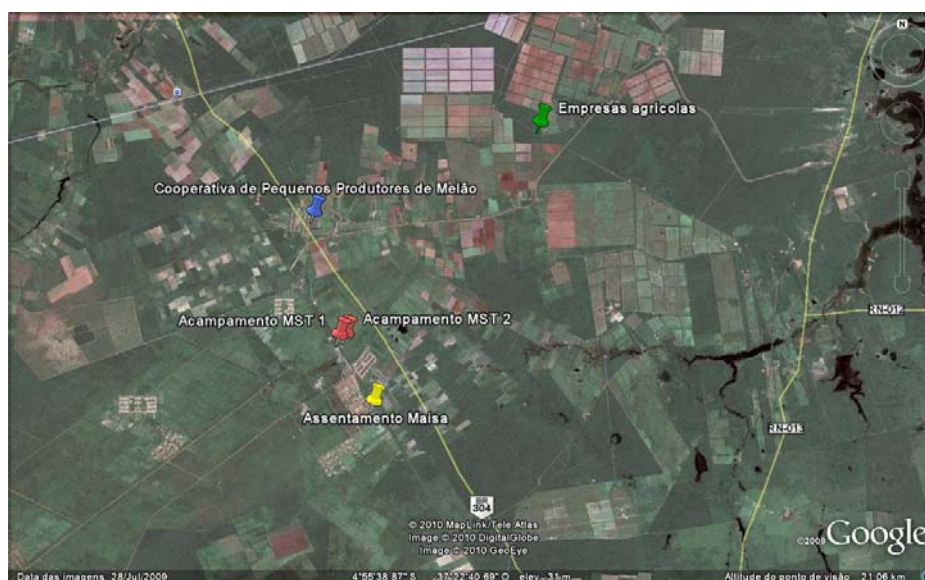


Figura 1: Desenho territorial dos trabalhadores no município de Mossoró – RN.

Fonte: Google Earth. Data da Imagem 28/07/2009.

Diante de tamanha diversidade, a leitura da dinâmica geográfica do trabalho na região aparece como um desafio. E onde está o desafio? Quais as contradições que mais afetam os trabalhadores em suas diversas condições? Longe estamos de propor qualquer posição de caráter conclusivo. Todavia, devemos apostar na necessidade de buscar reflexões que possam dar subsídio a um debate qualificado em torno da riqueza e complexidade da análise do espaço agrário. No presente texto, queremos adiantar algumas questões emanadas de nossas pesquisas.

No enfrentamento das questões lançadas devemos indicar que o avanço do agronegócio é o ponto de partida para entendermos o porque das situações de conflito social verificadas em Mossoró (RN). Com o dinamismo vivenciado pela produção de frutas para exportação, a região em análise tem sido o lócus da atuação de variados grupos nacionais e internacionais que atuam na produção e exportação de frutas para o mercado externo, sobretudo o Europeu. A existência de condições precípuas para a produção tais como os solos de qualidade, as águas do aquífero jandaíra e o apoio indelével do Estado permitiram ao capital do agronegócio se apropriar das terras do sertão e ampliar a produção de frutas nas margens da BR-304 até muito próximo do oceano atlântico.

A microrregião geográfica de Mossoró que incorpora além do município que lhe dá nome os municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel e Tibau, é uma das principais microrregiões na produção de importantes produtos da fruticultura, tais como o melão, o mamão e a melancia. De acordo com dados do IBGE para o ano de 2007 a participação da microrregião de Mossoró na importante cultura do melão chegou próximo dos 8 mil hectares de área plantada de melão, sendo também a microrregião com a maior produção do Nordeste com 210.460 toneladas. É justamente a rentabilidade da cultura do melão que desperta os interesses tanto de pequenos como de grandes produtores.

Em visita ao município o que se pôde apreender a partir das entrevistas realizadas é que a dinâmica do emprego na região é ditada pelo comando das empresas. Estas contratam trabalhadores durante a colheita do melão, principal cultura do agronegócio, e alteram completamente o fluxo de trabalhadores interessados na criação de empregos formais principalmente no período da colheita. Esses trabalhadores se deslocam de inúmeros municípios do Rio Grande do Norte, bem como do Estado vizinho do Ceará.

Os dados do MTE apontam que no período de 2008, mesmo apesar da forte queda de emprego em virtude da diminuição da quantidade produzida de melão, Mossoró foi responsável por 32,63% (5.529) dos 16.940 empregos formais no setor da agropecuária do Estado. Outro importante aspecto que ajuda a dimensionar o impacto social da fruticultura na dinâmica geográfica do trabalho é o fato de que as ocupações associadas ao setor da fruticultura serem as que mais abrem postos formais de trabalho se comparado aos demais setores da economia do município. É o que podemos confirmar com os dados sobre o emprego formal onde a ocupação com maior número de postos formais criados, segundo as

informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi a de “Trabalhador no cultivo de espécies rasteiras”.

Mediante o cenário exposto o que necessariamente muda para os trabalhadores é que a dinâmica do agronegócio e a criação de um universo de contratação formal por parte das empresas atua em um contexto onde a base social dos trabalhadores que se empregam nas médias e grandes empresas em Mossoró é bastante heterogênea. Nesse sentido, a necessidade do capital do agronegócio em efetivar a produção de frutas para exportação não distingue trabalhadores acampados do MST, assentados, pequenos produtores e/ou desempregados da cidade.

De acordo com as entrevistas que tivemos com acampados do MST que reivindicam as terras da empresa MAISA, grande parte dos acampados trabalham para as empresas do agronegócio. Ou seja, os trabalhadores que participam da luta por terra têm de se sujeitar a vender sua força de trabalho para as empresas como forma de conseguir algum tipo de renda para as famílias que moram nos barracos. Aqui podemos entender a complexidade do mundo do trabalho e a relação conflituosa que acomete o sujeito social que desafia o confortável liame existencial entre a concepção generalizada no debate marxista sobre a constituição de classes amparadas no par burguesia e proletariado.



Foto 1: Acampamento Cirilo Neto, Mossoró (RN). Fonte: Juscelino E. Bezerra, Março de 2010.

No limite, o que podemos apreender destes exemplos é a necessidade de colocar em xeque as confortáveis definições características da visão eurocêntrica que desconsidera a riqueza e complexidade encontrada na realidade do campo na América Latina.

As frações de classe representadas pelo proletariado típico da sociedade industrial, ou mesmo da existência de camadas sociais vinculadas ao “tipo ideal” de campesinato apresentado por Hobsbawm (2005) são hoje desafiadas pela existência de distintos grupos sociais que cotidianamente empreendem lutas sociais com potencial para a criação de um novo ambiente sociopolítico. Com isso queremos afirmar que no interior da nova compreensão de classe trabalhadora na atualidade (ANTUNES, 2003; TOLEDO, 2007; THOMAZ JÚNIOR, 2009) os sujeitos sociais aparecem na sua dialeticidade. Assim, os camponeses com ou sem terra também participam de circuitos de exploração/precarização da força de trabalho seja no campo ou na cidade; os desempregados da cidade trabalham em empresas nacionais e multinacionais do setor do agronegócio; o movimento de moradia rompe a escala do urbano e vislumbra na possibilidade da constituição de assentamentos uma oportunidade de construir não somente sua moradia, como também, a chance de realizar uma trajetória rompida pelo processo de desterritorialização ao voltar à terra.

Enfim, é no embaralhamento das identidades¹/experiências territoriais que podemos constituir um amplo movimento de busca de uma unidade social de luta. Para isso é cada vez mais necessário que possamos compreender o que alerta Thomaz Júnior (2009) ao considerar a totalidade viva do trabalho como caminho para o entendimento da plasticidade do trabalho. Ou seja, na capacidade do ser social que trabalha em vivenciar diversas experiências laborais podendo se constituir em uma coletividade em constante movimento e, portanto, muito longe se tornar exemplo de uma pretensa desmontagem da ontologia do trabalho (BENDASSOLLI, 2006).

Somado ao fato de termos encontrado o caso de acampados do MST trabalhadores das empresas, também temos de considerar os acampados e assentados que trabalham também para pequenos produtores. Na comunidade de Pau Branco em Mossoró encontramos a Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar (COODAP) formada por um grupo de pequenos produtores voltados à produção de melão para exportação. A cooperativa recebe apoio do SEBRAE/ RN e é reconhecida atualmente como a primeira cooperativa a receber o certificado Fair Trade já que produz sob a insígnia da produção ajustada aos parâmetros do comércio justo.

¹ O tema da identidade ou das diversas identidades, tem sido bastante alimentado por um acalorado debate, onde podemos encontrar diversas matizes teóricas. Exemplos desse debate podem ser conferidos nas obras de autores como Baumam (2005), Hall (2006), Castells (1999), Malik (1999), Bendassolli (2006) e Eagleton (2005).

Os produtores da cooperativa utilizam além da mão-de-obra familiar o trabalho de acampados, assentados e moradores da própria comunidade. Os trabalhadores são contratados por diária ou por “empeleita”. Através das entrevistas realizadas na comunidade averiguamos que o valor médio das diárias pagas ao trabalhador é de aproximadamente R\$ 25,00. Geralmente os trabalhadores optam por trabalhar nas empresas devido ao contrato com carteira assinada e a possibilidade de obter as vantagens fruto do vínculo formal, com destaque para o seguro desemprego.

Muitas vezes é o seguro desemprego que garante o sustento das famílias no intervalo do período de produção das culturas de exportação. Esse momento para os assentados é também caracterizado pela dedicação à produção no próprio assentamento para o consumo da família uma vez que o período chuvoso na região coincide com o momento em que a produção de melão não é desenvolvida pelas empresas. Para muitos estudiosos, o trabalho dos acampados e assentados nas empresas e para pequenos e médios produtores longe de ser um atestado de desintegração do campesinato pelo avanço do capital é na verdade um dos inúmeros mecanismos de reprodução do sujeito camponês.

Como questão de fundo e que traz inúmeros aspectos geradores de bastante polêmica temos a participação dos movimentos sociais frente ao avanço do agronegócio. Nesse sentido, o grande desafio que temos é entender quais as modificações empreendidas pela atuação dos movimentos sociais em especial o MST na região onde desenvolve-se o agronegócio da fruticultura. No primeiro momento podemos afirmar que a presença do MST ajudou a colocar o tema da concentração fundiária na agenda dos conflitos sociais. Ainda mais pelo fato de que as terras ocupadas pelo MST e que futuramente foi incorporada na criação de assentamentos rurais, foram terras da extinta empresa MAISA. A empresa após decretar falência em 2003 deixou uma grande quantidade de dívidas trabalhistas que se arrastam até hoje na justiça. Diante desse cenário, o MST articulou os militantes para garantir que os trabalhadores tivessem acesso às terras da empresa como trunfo do movimento em contrapartida ao calote das dívidas em favor dos empresários.

Mesmo com a disseminação e fortalecimento das ações de luta pela terra devemos mencionar o fato de que as contradições para os trabalhadores não cessaram, inclusive para àqueles que conquistaram mediante luta seu lugar nos assentamentos (BEZERRA, 2008; 2009). As contradições continuam a ganhar fôlego como prova do desenvolvimento desigual e combinado do capital, já este mostra a cada dia sua capacidade em se transformar podendo pois ratificar seu movimento destrutivo característico do período sociometabólico operado pelo capital. Dito isso, como considerar o polêmico fato de que a presença dos movimentos sociais não necessariamente consegue interferir positivamente na confrontação do capital do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações e questionamentos que levantamos temos percebido que andamos muito distantes ainda de entendermos as diversas nuances que interferem e qualificam a nova dinâmica geográfica do trabalho nas áreas onde temos a atuação do agronegócio e toda sorte de conflitualidades possibilitadas pela atuação dos movimentos sociais.

Os trabalhadores acampados e assentados mediante as condições supracitadas tornam-se alvos para a inserção em circuitos precários de trabalho nas empresas. Diante desses problemas, entendemos que tantos os movimentos sociais de luta pela terra quanto os assentamentos passam por um momento muito delicado onde os trabalhadores enfrentam condições de vulnerabilidade social. Neste ínterim, os espaços que poderiam ser o lócus da resistência ao modelo do agronegócio, na verdade são vistos como importantes redutos de mão-de-obra barata para as empresas que reiteradamente tem explorado a força de trabalho dando vida ao movimento de produção de frutas em pleno sertão. Enquanto isso aqueles trabalhadores com ou sem terra não conseguem obter condições mínimas de produção e ou acesso à terra. Não corroboramos com a idéia de que esse processo seja definidor da desestruturação da identidade social daquele que luta pela terra. Todavia não podemos olvidar a força que o capital tem de modificar as trajetórias sociais dos trabalhadores que buscam outro projeto de sociedade.

Tal fato vem justificar a necessidade de apontar os desafios e os limites dos movimentos sociais na produção de uma nova sociabilidade e ,portanto, de uma nova concepção de desenvolvimento societário e de reapropriação social da natureza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas . A região Nordeste e a nova dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal. In: MONTE, Paulo Aguiar do; MOREIRA, Ivan Targino. (Org.). Dinâmicas do Mercado de Trabalho do Nordeste. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009, v. , p. 211-228.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento), 2007.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 279-303.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. O ethos do trabalho: sobre a insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e louvação da diferença. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 2.ed. São Paulo: Hicitec, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir

da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos. Volume 1. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. Geografia e Trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Los estúdios laborales em América Latina al inicio del siglo XXI, Revista Estudos do Trabalho, Ano I, Número 2, Marília, UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em 30 nov. 2009.

Contato com o autor: juscelinob@yahoo.com.br

Recebido em: 08/04/2012

Aprovado em: 05/06/2012